

Lurdes Pintasilgo concede à AD
o benefício da dúvida, mas afirma:

Temmo que a população seja “encurralada”



«Concedo à AD aquilo que ela não me concedeu: o benefício da dúvida»

Um
exclusivo da
“DL”
Fundação Cuidar o Futuro

«O meu grande receio não se equaciona naquilo que eu podia chamar termos pidescos, de perseguições, que isso seria trágico, inconcebível, o meu receio é que este povo de quem vi a potencialidade e a originalidade... seja 'encurralado', é o termo, num modelo que lhe é imposto, e seja metido dentro de baias de que não possa sair» — afirmou a Primeiro-Ministro, numa entrevista concedida ontem à tarde, em S. Bento, em exclusivo para o «DL».

Faça (f) de Lurdes Pintasilgo este risco não depende das pessoas que fazem parte da AD, mas sim da lógica do sistema capitalista que está na base da AD, lógica essa sempre de imitação e que «não tem em linha de conta a própria transformação da vida».

Nesta longa entrevista, a chefe do Governo considera «muito séria» a interferência de certo clero no acto eleitoral e qualifica de primária a forma como foi feito o apelo ao voto qualificado num sector político determinado.





Dou à AD

Numa longa entrevista concedida, em exclusivo, ao «DL», a Primeiro-Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo analisa não só as consequências da vitória da AD para o futuro da sociedade portuguesa, como também a sua acção governativa e a interferência de alguns sectores da Igreja no acto eleitoral.

Embora reconhecendo que os riscos maiores se colocam ao nível económico, a eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo tende a ver a evolução da sociedade portuguesa, à luz dos resultados eleitorais, não como um atraso, mas «como o anúncio de outra forma de ancorar a democracia», de maneira a encontrar um 'pólo aglutinador do élan afectivo do povo'.

Conforme declarou a chefe do Governo, a vitória da AD constitui um atraso mais na via da recuperação do 25 de Abril. «Esta vitória é um sobressalto, embora já a esperasse» — disse.

Quanto à influência da Igreja sobre o eleitoral considerou-a de graves consequências para o futuro do nosso país, apontando como um «primarismo sem classificação» a ligação socialismo/comunismo/ateísmo.

Lurdes Pintasilgo também se autocritica. E fala, com entusiasmo, da sua prática governativa, do que é uma cidadã-governante. Aponta também o muito mais que gostaria de ter feito e os vários projectos a que o próximo governo poderá dar seguimento se para tal tiver vontade política, de forma a melhorar as condições de vida das classes mais desfavorecidas. Aqueles que, conforme disse um dia, no Porto, «devem ter o 1.º lugar».

Entre a papelada que lê e relê com atenção, um sorriso largo. De quem sabe muito bem o que quer e para onde vai, mesmo a poucos dias ou horas de abandonar um alto cargo. Maria de Lurdes Pintasilgo recebeu-nos, ontem ao fim da tarde, no seu gabinete, em S. Bento. Interrompendo uma actividade que não é muito do seu gosto: assinar papéis. Gostaria mais de estar na rua a contactar com as pessoas a ouvir queixas e aspirações, a sentir a criatividade popular.

«Bom, desta actividade também gosto quando corre certinho» — diz, a Primeiro-Ministra, sorrindo.

É também uma tarefa importante a que não pode furtar-se nenhum primeiro-ministro por mais antiburocrata que seja. Só que este País continua a viver atulhado em montanhas de papéis, a máquina continua emperada. Há ferrugem a mais e, pior do que isso, a falta de vontade política bloqueou e bloqueia os circuitos do executivo, em muitos sectores.

Estamos todos ainda sob o espectro dos resultados eleitorais. A direita ganhou e vai governar. Este o tema quente da discussão política. Contaria a Primeiro-Ministra com a vitória da AD?

— Devo dizer que contava com a vitória da AD por razões muito óbvias, que tinham que ver, em primeiro lugar, com o desgaste do PS, por ter estado no Governo, que tinham que ver com o anticomunismo intenso que começou a vigorar no nosso país a partir de fins de 75, e que foi recrudescendo nos últimos tempos, e que tinha que ver, em terceiro lugar, com a aplicação do célebre método de Hondt a um grupo que aparecia como reunião de várias forças.

Na verdade antes de conhecer o resultado, aliás até tive ocasião de falar com o Marcel Niedergang no dia mesmo das eleições e disse-lhe estar mesmo convencida que a Aliança ganhava, na medida em que a distância, mesmo no anterior Parlamento, no sentido da esquerda, não era tão grande que pudesse compensar estes três factos.

A CONSTITUIÇÃO É TRAVAO?

Dentre as consequências que os resultados de ambas as eleições terão para a sociedade portuguesa, as opiniões divergem. Do pessimismo da esquerda ao optimismo da direita revanchista. Maria de Lurdes Pintasilgo não está nem numa ponte nem na outra:

— A curto prazo não me parece que possa haver uma grande inflexão na orientação da sociedade portuguesa, na medida em que a sociedade está regida por uma Constituição que foi aprovada pelos representantes do povo. Além do acto de confiança implícito face a qualquer Governo nascido de uma maioria parlamentar, faço confiança também aos outros órgãos de soberania cujo papel principal é a salvaguarda da Constituição, nomeadamente do Presidente da República e do Conselho da Revolução. Portanto não vejo que possamos considerar de imediato perigos muito graves para a sociedade portuguesa. É certo que apesar do enquadramento legal quando se governa há muitos actos pontuais que nas suas últimas implicações podem, de certa maneira colidir com os princípios constitucionais, mas isso não me parece apanágio só de um Governo

chamado de direita.

«Parece-me — continua Maria de Lurdes Pintasilgo — que a utilização dos métodos económicos (e aqui estou a tocar num termo que me é muito caro) por todas as forças políticas, qualquer que seja o seu sinal, acaba por ter, hoje em dia, os mesmos esboços, as mesmas dificuldades num país em desenvolvimento como é o nosso».

Mas é um facto que existem no seio da AD pessoas do antigo, pessoas que pensam que as coisas se resolvem à maneira de Salazar e de Caetano. Quanto a isto a Primeiro-Ministra afirma não conhecer «suficientemente as pessoas da AD para poder emitir um juízo». E mais: —

«Também não me parece que o fantasma do passado nesses termos me deva preocupar excessivamente. Preocupam-me sim outros factores que estão em conflito em algumas promessas feitas pela AD, nomeadamente quanto a salvaguardas a dar àqueles que são já os detentores, de mais poder ou de mais dinheiro. Isso preocupa-me, é certo».

Para além desta preocupação, alguns políticos têm-se mostrado muito receosos de que surja uma dinâmica revanchista impossível de travar. A boa-fé de Maria de Lurdes Pintasilgo afasta porém essa hipótese:

— Eu vejo cada pessoa na sequência dos actos praticados na sua vida. Recordo-me que o sr. dr. Sá Carneiro, que possivelmente será o Primeiro-Ministro do próximo Governo, quando através da lista da UN esteve na Assembleia como deputado, foi, na verdade, um grande defensor das liberdades individuais, e aliás apresentou vários projectos referentes às liberdades individuais. Tenho por isso, hoje, dificuldade em admitir que ele se prestasse a um jogo que por ser justamente «revanchista», seria um atentado à manutenção dessas liberdades individuais.»

A MAIORIA DA MINORIA

— De qualquer forma a sr.^a eng.^a acha que os resultados reflectem as aspirações do povo português?

— Está a pôr o dedo na ferida do problema político, que para além de saber se ganhou A ou B, é o mais interessante hoje em dia, não só em Portugal como nos outros países onde se pratica a consulta popular. Porque nós estamos perante este facto já muito sublinhado pela imprensa e que é interessantíssimo, de que o sufrágio universal, que significa exactamente

«uma cabeça, um voto», determinar uma maioria e por uma aplicação aritmética a este conjunto de números, este sufrágio universal é transformado numa outra maioria, na maioria da minoria. E claro que, isto é possível justamente porque a diferença, entre a maioria aritmética e pequena. Se a diferença fosse muito maior o problema não se punha, nem sequer chegava a haver problema. Agora, o problema põe-se nesta pequena diferença e põe-se aqui como se põe noutros países. A margem tem sido mínima e, portanto, o interrogarmo-nos, sobre se isto corresponde ou não à vontade do povo português é extremamente difícil. O que nós podemos dizer é que na sociedade contemporânea, portuguesa, europeia... canadiana — acabámos de ver, ao fim de seis meses cair um governo que sequer chegava a toda a facilidade — há uma tendência a situar-se maciçamente à volta de dois blocos, embora esses blocos tenham dentro de si também contradições e diferenças há uma franja importante da população que flutua entre esses dois blocos e que faz o poder tombar ora para um lado ora para o outro. Com isto não estou a recapitular a questão da alternância que não me parece aplicável à situação portuguesa. Julgo que podemos falar em alternância em países como a Inglaterra em que a regra do jogo se põe nestes termos: há dois grandes partidos, entre esses dois grandes partidos balança o eleitorado. Julgo que em países em que a diversificação das forças políticas é maior, o falar em alternância deve ser qualquer coisa muito mais delicado, mais ponderado».

UM SOBRESSALTO

Há pouco mais de um mês Maria de Lurdes Pintasilgo disse ao «DL», no Porto, que «depois de vários sobressaltos havia condições para recuperar o 25 de Abril». Essa recuperação estaria a ser feita. Só que, um mês depois, a AD ganha as eleições. E agora essas condições ainda existirão ou a vitória da AD foi um sobressalto mais?

— Esta vitória é um sobressalto — responde Lurdes Pintasilgo — «embora já a esperasse. Esperava, mas, no entanto, é um sobressalto. Tenho dificuldades em prever qual vai ser a política da AD no Governo e por isso até gostaria de fazer o que a AD não me fez, dar o benefício da dúvida da continuidade em relação ao 25 de Abril».

Ao longo destes quatro meses foram muitos os jornais e jornalecos que da forma mais infame

o que ela não me deu:



levantaram mentiras e calúnias contra o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo. Chegaram a descer ao vil insulto e a inventar promessas que a primeiro-ministro nunca havia feito para, mais tarde, dizerem «não cumpriu o que prometeu».

— «Nunca vi coisa semelhante em qualquer outro país e conheço muitos» — garante a Primeiro-Ministro. — Se este assunto já era preocupante, mais o é com a vitória da AD. «Eu estou preocupadíssima com o futuro, preocupadíssima porque é muito difícil tocar neste ponto». Concretizando: «Aquilo que se diz olímpicamente como «liberdade de expressão de uma minoria», até com as suas centrais de informação e de controlo, etc., que distribuem para vários diários, semanários, etc., isso que se diz «liberdade de expressão» é, afinal, a violação do direito fundamental que é a liberdade de pensamento e de opinião de todos nós».

É claro que num País onde os mecanismos judiciais funcionassem adequadamente seria travada tal violação. Só que «há todo um mecanismo judicial que não tem funcionado» — reconhece Lurdes Pintasilgo. «O poder judicial levantou muitas dificuldades ao poder executivo «que se defronta com a impunidade total».

INTERFERÊNCIA DA IGREJA TEM CONSEQUÊNCIAS GRAVES

Para além da imprensa houve a influência da Igreja que durante

a campanha eleitoral foi evidente. No País interior, no Norte e nas ilhas fundamentalmente, mas também cá para baixo, na capital. Nem como católica, nem

como governante Lurdes Pintasilgo aceita essa interferência:

Como Chefe do Governo com a responsabilidade fundamental de preparar as eleições num clima de «independência e isenção» devo dizer-lhe que, na verdade, foi um problema muito sério e que considero de previsíveis consequências graves para o futuro de Portugal o que referiu como interferência de certos sectores da Igreja Católica na campanha eleitoral. É certo que não foi a Igreja Católica, nem a hierarquia como um todo. Os documentos oficiais são documentos em relação aos quais o Governo nada tem a dizer em termos de isenção. O mesmo já não pode dizer em relação às declarações públicas feitas por alguns bispos que se situaram nitidamente no apelo ao voto qualificado num sector político e isso já me parece muito grave. Foi ainda mais preocupante a atitude de alguns sacerdotes e isso levanta o problema dos dois poderes: onde é que está o poder temporal, político, e o poder espiritual. Eu julgo que a imunidade para um sacerdote que no exercício do chamado «munus» sacerdotal faz intervir um elemento claramente político, põe problemas a qualquer executivo, na medida em que para fazer comícios é naturalmente preciso uma autorização do Governo Civil.

Para este tipo de comportamento intervieram vários facto-

res, segundo Lurdes Pintasilgo: «O medo que o PC provocou pela sua prática em 1975 em certas camadas», o facto de o nosso clero ser quase todo muito idoso e o aspecto da perseguição à Igreja durante a 1.ª República. De qualquer forma o mais prejudicado neste tipo de campanha de muitos padres foi o PS. «Votar no PS é pecado mortal» — disse um padre em Vila Real.

Para quem não é católico de sacristia, esta igreja velha está cheia de reminiscências medievais. Está a séculos das exigências do nosso tempo. Por isso, para Lurdes Pintasilgo, «é claro que a ligação socialismo marxismo e ateísmo é de um primarismo que não tem classifica-

QUE O POVO NÃO SEJA «ENCURRALADO» 3.

Apesar de ter o apoio da Igreja poderá a direita, esta direita com franjas revanchistas governar o nosso país durante muito tempo? Pelo que conhece das democracias europeias, que pensa a Primeiro-Ministro sobre isto? Acha que a direita poderá governar durante muito tempo?

- Acho.
- E não teme essa situação?
- Terner não tamo. Pode-me

entristecer, como também me entristeceria uma esquerda que violentasse as consciências. O meu grande receio não se equaciona naquilo que eu podia chamar métodos «plásticos», de perseguições; isso seria trágico, inconcebível. O meu receio é que este povo, de quem sempre via potencialidade e a originalidade e de quem sempre vi, agora no concreto, nas visitas que fiz, as capacidades espantosas de resolver os seus próprios problemas, seja encurralada, é o termo, num modelo que lhe é imposto, e seja metido dentro de baias de que não pode sair. Isso é muito fácil, não porque as pessoas A, B, ou C, fazem parte da AD, mas porque a lógica própria do sistema capitalista que está na base da AD, é uma lógica sempre de imitação que não tem em linha de conta a própria transformação da vida.

— Mas dada a situação económica em que estamos e os objectivos da AD acha que a direita tem possibilidade de se aguentar muito tempo no Governo?

— Acho que a Europa neste momento está face a um futuro que é um ponto de interrogação e acho que aí nós não estamos isolados da Europa. É certo que



o benefício da dúvida

à excepção da Áustria — a Alemanha é um caso sui generis — toda a Europa tem estado a pender para a sua ala conservadora em todas as eleições que têm tido lugar nestes últimos dois anos. É certo que isso tem que ver com a insegurança económica, com a chamada crise. Julgo que há na Europa, neste momento, duas reflexões muito importantes, sendo uma delas a que tenta desmontar a crise para mostrar que não é passageira e que é preciso descobrir uma nova maneira de viver... Quando o pensamento daqueles que reflectem sobre a sociedade extravasar para o homem da rua, se assim quiser, nessa altura, nós estaremos em condições, na Europa toda, de fazer então, uma verdadeira mudança.»

Para Maria de Lurdes Pintasilgo esta mudança é imparável. Aquilo que nos cabe fazer é mudar a sociedade mudada e voltar a mudar essa sociedade mudada — disse em Novembro, em Viana do Castelo, perante o dinamismo cultural ali verificado.

Quando aquelas condições para a mudança na Europa surgirem «entramos num caminho dumha esquerda capaz de propor alternativas, inventiva, original». Mas há outro aspecto: «alguns dos seus dirigentes, pela primeira vez, estão a ver os problemas da Europa e os problemas do mundo no seu conjunto.» É no contexto destas interacções que a Primeiro-Ministra insere a nossa transformação.

«NÃO ESPERAVA REALIZAR TANTO»

Criticado pela direita e pela extrema-esquerda, este V Governo teve, apesar de tudo, uma acção meritória: promover a acalmia política depois dos sobressaltos causados por Mota

Pinto. E para além disso fez algumas leis — «Pacote Social» — capazes de criar melhores condições de vida e outra coisa, esta de grande relevo: deu uma nova dimensão, em termos práticos, de como se deve governar e das relações poder central/poder local e governante-governado.

Como encara Lurdes Pintasilgo a sua experiência governativa?

— Dizer que considero uma governação muito positiva, vai parecer muito pretensioso, mas o que é facto é que lhe posso dizer com toda a sinceridade, que não esperava, no ponto de partida, quer eu considere o ponto de partida a tomada de posse, quer considere o termo da discussão na A.R., não esperava que em 4 meses fosse possível tocar em tanta coisa e realizar tanto. Ao mesmo tempo, tenho que lhe dizer que estou muito insatisfeita porque ficou muita coisa por fazer, por reorganizar.

— Concretamente deixa o Governo com pena de não ter feito o quê?

— Fico com muita pena, mas estive sempre mentalizada para um governo de muito curto prazo, de por exemplo a produção legislativa ser exactamente idêntica no estilo à dos outros governos. Ora eu concebo o Direito de uma forma totalmente diferente; mas não consegui a introduzir modificação nenhuma. Eu concebo o Direito como traduzindo já a realidade, essencialmente pragmático, e não pude impedir ou uma elaboração muito geral ou então um tipo de diploma legal muito pormenorizado. Isso não está de acordo com a forma como eu vejo o Direito. Daí ser realmente uma falha grande.

A esta autocritica, Lurdes Pintasilgo junta outra. Com a sere-

nidade de quem pensa que governar é também autocriticar-se:

— Gostaria também de ter aproveitado melhor a estrutura que criei das três grandes áreas, económica, social e cultural. Como sabe destinavam-se a ter uma interacção interna, cada uma delas, de modo a poderem definir-se as prioridades em cada uma e depois a relacionarem-se entre si. Tive reuniões com cada uma das áreas, algumas vezes, mas isso não foi suficientemente sistemático de modo a poder extrair dessas três componentes todo o rendimento que seria de esperar. Poder-se-ia ter tirado muito mais, mesmo assim considero que a experiência foi muito positiva. Criei uma grande solidariedade dentro de cada área e criei a possibilidade de interacção dentro do respectivo Ministério».

O peso da máquina burocrática que praticamente preserva ainda toda a estrutura fascista, foi também uma preocupação. Reduzir a administração Central a um mínimo de elementos que apenas tivesse um carácter normativo e fiscalizador e pôr toda a capacidade de decisão nas várias regiões, seria também uma ideia da eng.ª Lurdes Pintasilgo. «Isso não consegui fazer, pelo contrário há até um certo empolamento de quadros». Segundo a Primeiro-Ministra «vários mecanismos de origem ideológica diferente foram interferindo no aparelho de Estado, foram, por assim dizer, enquistando». E assim, «no limite de grandes ministérios muitas vezes o ministro é a pessoa que tem menos poder». Lurdes Pintasilgo explica porque: «está justamente condicionado por todos aqueles que integram os serviços; e se lhe dizem que uma

coisa é impossível, o que é que o ministro pode fazer? Substituir-se às pessoas? Não há hipótese». Em contrapartida houve funcionários que deram uma colaboração para além de todos os limites.

A AFFECTIVIDADE NA POLÍTICA

Este V Governo foi um executivo de compromisso. Sabe-se que integra pessoas de direita e até mais além. Apesar disso um aspecto importante foi o contacto com as populações, de uma certa maneira a introdução da affectividade na política. «O Governo tem o privilégio de vir junto do povo» — disse a Primeiro-Ministra há poucas semanas, em Coimbra, durante uma das mais significativas visitas que fez no âmbito da sua rotina de governar.

Tive ocasião de acompanhar quatro das visitas de trabalho feitas por Lurdes Pintasilgo a outros tantos pontos diferentes do País. Precisamente metade das suas visitas. Populismo? Demagogia? Foram questões que se me colocaram inicialmente. Mas logo foram desfeitas. O contacto era franco, curioso, mobilizador. O esbater das fronteiras entre o poder central e o poder local. «Somos jovens, somos pobres / temos voz para falar / e dizer-te querida amiga / continua a governar» — canto de jovens na Figueira da Foz.

Mas em termos práticos será esta a melhor prática de governar numa sociedade cada vez mais tecnocrática?

— Para uma pessoa como eu é a maneira de governar, na medida em que Governar não é só



Nem como católica nem como governante aceito o que foi a campanha da Igreja

Continuação da pág. 13

decidir para o bem dos outros, governar é contribuir para a construção do querer comum. Em segundo lugar, isto é muito importante para mim, porque penso que é a forma de tomar viva a democracia parlamentar completando-a com uma outra maneira do povo exercer o seu poder não só através dos representantes eleitos para a Assembleia, mas através da verbalização directa daquilo que sente e é, junto dos governantes. E ainda em terceiro lugar porque hoje em dia o Estado Nação, não é uma entidade que se baste a si própria. O Estado Nação é a mediação entre as comunidades de interesses de vizinhança de trabalho que existem em qualquer zona minimamente homogênea geograficamente e a Comunidade mundial.

Portanto há aqui uma filosofia que está muito longe do populismo que me foi atribuído, é qualquer coisa, foi uma tarefa que me impôs, porque entendia que ela era importante, importante a estes três níveis.

Pela sua prática, Lurdes Pintasilgo foi considerada uma cidadã-governante. As suas visitas desbloquearam inúmeras situações com o ranço de anos e até décadas. Que projecto estava subjacente a tal prática? Quais os seus contornos?

— Eu não faço isto por um impulso afectivo, sentimental, romântico. Ao mesmo tempo eu verifico que é verdade essa observação relativamente ao meu comportamento nessa matéria. Eu verifico que é verdade até na

maneira como neste momento estou a deixar o Governo. Estou a deixar o Governo como tenho deixado outras tarefas. Largo esta vou fazer outra coisa.

— Não está agarrada ao poder...

— Não, acho que não estou. Pelo menos não vejo em mim os sintomas de alguém que estivesse nessa angústia de ter que deixar o Governo.

A RESPONSABILIDADE DO PRÓXIMO GOVERNO

Este V Governo fez e deixou muitas coisas em condições de serem concretizadas pelo próximo executivo, se houver vontade política para o fazer. Maria de Lurdes Pintasilgo gostaria de ter feito mais. E tem pena por isso. Mas o que é que gostaria de ter concretizado?

— São imensas coisas. O primeiro ponto que eu gostaria de ver no Governo bem explicitado era a transformação dos serviços e da produção em termos qualitativos. Penso que é possível a um Governo com estabilidade e com imaginação realizar imenso no domínio qualitativo. O que tem imenso que ver com a nossa vida quotidiana, desde as estradas, o trânsito, os transportes até aos serviços de saúde, tudo isso. Há imensa coisa que se pode transformar qualitativamente. Portanto isso é um ponto em que nem sequer pude tocar e que tenho a certeza, justamente pela observação destes meses, que é possível fazer e essa seria

uma fundamental viragem.

Depois há um outro ponto que tenho pena de não ter podido equacionar nos seguintes termos que é o da nossa política produtiva. Penso que estão reunidas as condições para se poder dizer claramente quais são as prioridades, como é que interessa converter a nossa indústria, como interessa converter as nossas culturas agrícolas de modo a que a rentabilidade seja máxima e que corresponda àquilo que está na nossa genuína tradição e de modo a que nos tornemos cada vez mais auto-suficientes. Em aspectos fundamentais, sobretudo no que diz respeito às indústrias agro-alimentares. Outro ponto que tenho pena de não ter realizado de forma mais clara — ele já deu até bastante barulho — foi tornado mais evidente: as medidas financeiras, que foram decididas no Conselho a que presidiu o sr. Presidente da República, não são medidas, decididas por alguém para quem o quociente social é muito importante e que por causa disso vai mexer em índices de ordem económica ou financeira. Mas são medidas que têm a sua lógica económica e financeira e que correspondiam justamente a um relançamento da economia.

Lurdes Pintasilgo recorda as decisões principais contidas no «Pacote Social» e prossegue:

— Isto ficou em termos de resolução de ministros, e justamente para deixarmos margem de manobra ao Governo seguinte nós não traduzimos estas medidas nos diplomas legais indispensá-

veis que se tornassem efectivas através do Banco Central, portanto são medidas que estão no «Diário da República» através de uma resolução de Conselho de Ministros podem ficar ou congeladas ou podem ser reforçadas e melhoradas através de diplomas que têm no seu conjunto uma repercussão enorme em todo o sector económico-financeiro, sem qualquer prejuízo, como algumas pessoas quiseram fazer crer para a nossa balança de pagamentos, aliás, possivelmente, quando terminar o mandato tornar pública a justificação técnica desta matéria, porque não quero que ela seja entendida como uma decisão demagógica, meramente política.

— E ao nível da saúde?

— Lançamos as bases da regulamentação do SNS e tendo em linha de conta todo o trabalho que tem sido realizado no nosso País, criou-se um departamento de cuidados primários de saúde; foi criada a carreira de médico de clínica geral, a carreira da saúde pública. Em termos de estruturas há, portanto, as de base da saúde que ficaram claramente definidas e trabalhadas.

— Com bases nas análises pontuais e de conjuntura feitas pelo Governo que outros projectos estão em condições de ser viabilizados pelo próximo Governo?

— Há muita coisa em termos de projectos de leis que poderem ser viabilizados imediatamente ao nível da agricultura. Nós fizemos todo um conjunto de disposições legais: a protecção ao jovem agricultor para instalação

própria e para uma exploração dele; fizemos o enquadramento jurídico para a agricultura de grupo, isto é também extremamente importante para a enorme zona de minifúndio que nós temos; fizemos ainda o regime jurídico dos centros de gestão agrícola, também como apoio aos agricultores individuais ou associados em cooperativa. Modificações nos próprios serviços do ministério vão servir estas estruturas e são muito importantes. É claro isto está no papel, espero que o sr. Presidente da República promulgue e será publicado em «Diário da República». Agora, isto precisa de ser implementado. Penso que está também suficientemente estudada a questão do «Cabaz de Compras», o que é que é o «Cabaz de Compras».

CONFIANÇA DE EANES

— Desde «Vasco Gonçalves com saias», a «meloantunista» e «afilhada de Eanes», a Primeiro-Ministro tem sido alvo de vários «cognomes». Considera-se ainda a chefe do Governo da confiança de Eanes?

— Não tenho razão nenhuma para duvidar da confiança do general R. Eanes. Antes pelo contrário, praticamente posso dizer-lhe que apesar de em muitos aspectos termos discutido o andamento e estranho seria que o não fizessemos, tenho a visão de uma grande coincidência de pontos de vista e até de apoio em

momentos em que fui violentamente criticada.

UM GOVERNO DE ESQUERDA

— O seu Governo já foi considerado conservador, insonso e de esquerda. A sr.ª eng.ª acha que o seu Executivo teve uma prática de esquerda?

— Acho que este Governo no seu conjunto, no resumo da sua prática, foi um Governo que se pode considerar dentro das nossas categorias, um Governo de esquerda. O que eu procurei realizar não entra no entanto nos estereótipos que conhecemos. E também quero dizer, justamente, que respeitei o carácter colegial deste Governo. Nem poderia ser de outra forma.

Passavam as duas horas de conversa. Um diálogo sempre vivo, reconfortante e galvanizador.

Apenas mais uma pergunta. A última.

— Deixando o Governo que pensa fazer? Projectos políticos? Aceitaria formar um partido?

— Não. Penso continuar sempre a pensar nas relações sociais e nas forças que movem a sociedade. Continuar a reflectir sobre isso com várias pessoas, que nisso acredito imenso. E é nisso que estou inserida neste momento. É uma série de redes internacionais que de facto têm como objectivo primeiro pensar as novas forças sociais e as relações entre elas.

LUÍS HUMBERTO

